

**“A REGENERAÇÃO DOS COSTUMES PARTE DO ALTO”**: a atuação das Damas de Assistência do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939)



Jeane Carla Oliveira de Melo  
Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal  
do Maranhão  
[jeca\\_melo@hotmail.com](mailto:jeca_melo@hotmail.com)

Rita de Cássia Gomes Nascimento  
Mestranda em Educação pela Universidade Federal do  
Maranhão  
[rita\\_nascimento84@hotmail.com](mailto:rita_nascimento84@hotmail.com)

**Resumo:** Neste estudo pretende-se abordar a atuação das Damas de Assistência do Maranhão articulada ao Instituto de Assistência à Infância do Maranhão – IAF-MA (1911-1939), discorrendo sobre o papel da mulher neste projeto filantrópico, suas ações e o seu próprio discurso sobre pobreza e assistência neste espaço-tempo. Problematisa-se a presença feminina no trabalho assistencialista em relação à infância pobre da cidade de São Luís, analisando o lugar ocupado pelas mulheres (de elite) na “missão caritativa” e como este lugar estava articulado à visão de época sobre mulher, trabalho e maternidade. As fontes utilizadas para o estudo se baseiam em documentos oficiais ligados ao Instituto, assim como jornais da época como A Pacotilha, impresso co-responsável por aglutinar os intelectuais no processo de construção do IAF-MA.

**Palavras-Chave:** Damas de Assistência, Instituto de Assistência à Infância, Filantropia, Século XX.

**Abstract:** This study intends to address the performance of the Ladies of Assistance of Maranhão articulated to the Institute of Assistance to the Childhood of Maranhão (1911-1939), discussing the role of women in this philanthropic project, its actions and its own speech about poverty and assistance in this time and place. It discusses the presence of women in assistance works for the poor children of the city of São Luís, analyzing the place of the elite women in the "charitable mission" and how it's articulated the vision in this time-period about women, work and motherhood. The sources used for the study were based on official documents of the Institute, as well as in the newspapers of the time, as "A Pacotilha", newspaper co-responsible for uniting the intellectuals in the construction of this Institute.

**Keywords:** Ladies of Assistance, Institute of Assistance to the Childhood, Philanthropy, Twentieth Century.

## Introdução

O presente artigo visa descrever e analisar a atuação das *Damas de Assistência do Maranhão* nas primeiras décadas do século XX. Desta forma, buscou-se traçar o sentido deste grupo dentro do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão – IAF-MA (1911-1939), locus representativo da caridade-filantrópica tecida pela elite econômica e intelectual ludovicense no referido período. Tal panorama serve como pano de fundo para se pensar e problematizar a presença feminina no trabalho assistencialista destinado às crianças pobres da cidade de São Luís, bem como discorrer sobre o lugar ocupado pelas mulheres (de elite) na “missão caritativa” e como este lugar estava articulado à visão de época sobre mulher, trabalho e maternidade. Além disso, é possível perceber, através de análise e interpretação das fontes, como o referido projeto assistencial teceu veladamente uma visão acerca das mães pobres e o seu “questionado” modo de cuidar da infância.

Neste estudo aborda-se, ainda, a infância pobre na capital ludovicense. Situa-se o assistencialismo à *criança desvalida*<sup>1</sup> nas primeiras décadas do século XX como o conjunto de discursos e práticas implementadas pela elite local representada por alguns intelectuais - como é o caso de Fran Paxeco (1874-1952) -, por filantropos, por médicos, pelas “senhoras bem nascidas” e pelo Poder Público estadual que também subsidiava estas práticas.

Procurou-se analisar a articulação do sentido da existência do Instituto de Assistência à Infância com o contexto de época (nacional e local), marcado por anseios advindos da República que buscava, ainda neste momento, se consolidar dentro dos sujeitos, sobretudo cidadãos, e também nos espaços sócio-institucionais. Pretendeu-se focalizar a estrutura operacional do Instituto em relação a atuação das Damas de Assistência do Maranhão, analisando a natureza destas práticas filantrópicas e a divisão de gênero que permeava a concretização das mesmas.

---

<sup>1</sup> Expressão de época, recorrente principalmente em jornais, como *A Pacotilha*, que denominava as crianças expostas à situação de carências extremas.

Para desenvolver este estudo, foi necessário o uso de fontes localizadas em importantes lugares de memória da capital maranhense, como é o caso do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e Biblioteca Pública Benedito Leite. Nestes locais, efetuou-se a leitura de jornais de época, destacando-se: *A Pacotilha*, por sua ligação “umbilical” com a instituição pesquisada; *Relatórios do Instituto de Assistência à Infância*, mais especificamente os de 1917 e 1918; Leis do Estado do Maranhão (1912, 1914, 1918 e 1931); além de obras raras como o livro *Geografia do Maranhão* (1922), de Fran Paxeco, e *História da Imprensa no Maranhão* (1821-1925), de Antônio Lopes.

No plano teórico, concebeu-se a *assistência social*, como categoria de análise, a partir de múltiplas referências (VENÂNCIO, 1999; MARCÍLIO, 2005), mas se pode destacar aqui a concepção lançada pela historiadora Vera Lúcia Braga de Moura em sua dissertação *Pequenos Aprendizes: Assistência à Infância Desvalida em Pernambuco no século XIX*. Para esta estudiosa, a *assistência social* refere-se a uma expressão nascida na segunda metade do século XIX, com o objetivo de amparar os chamados menos favorecidos da sociedade.

Nesse sentido, a referida categoria, forjada no seio da sociedade capitalista, está ligada à construção de um projeto de orientação e amparo àqueles considerados, na ótica do sistema, *ignorantes e incapacitados* física e psicologicamente, de modo que possam ser integrados na sociedade como indivíduos produtivos (MOURA, 2003). Dessa forma, lança-se a discussão entre o papel “salvacionista-maternal” destinado à mulher no projeto de filantropia e as crianças “merecedoras” deste “cuidado necessário”.

Dito desta maneira, algumas indagações se mostraram emergentes, tais como: que mulher é essa, a qual denominamos dama de assistência? Até que ponto sua atuação legitimava a voz de autoridade da mulher de elite em relação à maternidade da mulher pobre? Como se deu esse processo de construção de uma imagem de uma maternidade legítima/ilegítima no contexto de uma situação de classe? Como o discurso das elites sobre a pobreza servia para diferenciar ainda mais duas classes sociais opostas? De que maneira tais imagens e representações se cruzavam com o discurso médico-higienista do início do século XX? Estes são alguns questionamentos desenvolvidos no artigo, no qual se busca discuti-los e analisá-los nos tópicos seguintes.

**“AUXILIAI A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA”:** sobre o lugar da mulher (de elite) no projeto filantrópico no IAF-MA

A ordem republicana permitiu o florescimento de um contexto propício à proteção da infância, uma vez que começaram a emergir concepções acerca da natureza e do papel desta para o “mundo modernizado”. É neste ínterim, segundo Irma Rizzini (1993), que a medicina social, representada pelo higienismo, penetra vorazmente no tecido social, influenciando discursos e ações de assistência às crianças desfavorecidas. Considera-se que tais discursos visavam à costura da ordem em oposição à subversão desta, isto é, expurgar os comportamentos que eram considerados indesejáveis se tornaram uma grande preocupação das elites nos anos iniciais da República.

O higienismo e a eugenia representavam a perspectiva de limpeza e eliminação da degradação social encarnada na pobreza e no abandono moral das crianças desvalidas. As medidas higiênicas presentes em instituições de assistência e/ou de educação pretendiam expurgar a vagabundagem, o vício e o crime da *urbs*. As crianças pobres, em condição de rua ou não, tornaram-se um problema para as autoridades, tanto pelo temor do desvio social, visto como hereditário ou “condição natural” de classe, quanto pela “sujeira estética” que se acreditava disseminada pela pobreza.

Cabe assinalar que se vivia em um momento onde a questão social era eminentemente tratada como um caso de polícia. Desta forma, a busca pela construção da ordem - traduzida como o controle do caos social - se baseou na tríade do progresso, da urbanização e da modernização, vistos aqui como peças-chave dentro do projeto de modernidade republicana. Sobre isto, Rizzini destaca que:

A preocupação com a infância nos meios médico e jurídico do início do século (XX) está intimamente relacionada ao projeto de normalização da sociedade, defendido por representantes das elites intelectuais, econômicas e por autoridades do país. O que se pretendia era eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente, nos centros urbanos (RIZZINI, 1993, p. 19).

O espaço-tempo de onde emanaram estes discursos refere-se basicamente às primeiras décadas do século XX, quando as indústrias começaram a entrar em franco crescimento, cabendo às cidades acompanharem este intenso ritmo. Em outras palavras, “a urbanização descontrolada dará suporte para o desenvolvimento da medicina social do país” (RIZZINI, 1993, p. 20).

Era, portanto, um tempo onde a sociedade maranhense experimentava as marcas da pós-escravidão e da “inserção” conflituosa dos negros libertos no convívio social. Nesse sentido, a elite branca de matriz latifundiária, construiu falas e discursos a fim de delimitar espaços sociais de classe numa sociedade que abrigava uma numerosa população negra, pobre, excluída de direitos e cada vez mais explorada, seja nas fábricas, nos portos, nos comércios ou nas casas de famílias. Os negros, mesmo com a libertação “legal”, continuavam a ser os “braços e pernas” da sociedade republicana - utopicamente apoiada na igualdade e democracia.

Neste ambiente que são forjadas as primeiras instituições de assistência de caráter filantrópico, entendidas aqui de modo mais amplo, para além do cuidar da infância desvalida, assumindo a feição de órgãos de controle e normatização de comportamentos, nascidas no seio da iniciativa privada.

Importante destacar que, na Primeira República, a noção de Estado, como órgão elaborador de políticas públicas destinadas a prover as questões sociais emergentes, era algo por demais incipiente. Com o advento do Estado Novo (1937-1945) é que começaram a ser elaboradas ações que visavam dar um trato sistemático à pobreza brasileira dentro do projeto trabalhista, no contexto da modernização conservadora, encetado no governo populista Getúlio Vargas.

Nas primeiras décadas do século XX, criaram-se os institutos pioneiros de proteção e assistência à infância, primeiramente em 1901, no Rio de Janeiro, que expandiu seu modelo para diversas partes do país - inclusive em São Luís, dez anos depois. Fundado pelo médico Artur Moncorvo Filho<sup>2</sup>, o Instituto de Assistência à Infância do Rio de Janeiro visava atender às crianças pobres de até 14 anos, além de gestantes e amas de leite.

Pretendia-se, portanto, cuidar da saúde da infância, além da moral, uma vez que os grandes temores das classes privilegiadas eram o aumento da mortalidade infantil e da criminalidade urbana. Assim, a classe abastada objetivava instituir uma tutela quase total acerca dos corpos e mentes da pobreza em variadas faixas etárias, ou seja, o controle do tipo prescritivo e normativo se estabelecia da infância à vida adulta.

---

<sup>2</sup> O médico-puericultor Moncorvo Filho foi um dos precursores do movimento pró-assistencialismo médico aos infantes pobres da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Buscou-se assim, partindo da perspectiva eugênica, evitar o processo de “degenerescência racial” (RIZZINI, 1993, p. 22), o qual se refere ao impedimento social, que passava pela preocupação, no início do século XX, da própria constituição étnica do brasileiro, caracterizada pela mestiçagem. Sobre isto, o movimento eugênico, que ganhou adeptos na intelectualidade nacional, nas três primeiras décadas do século XX, almejava prevenir, ou melhor, anular o aparecimento dos traços característicos da mistura étnico-cultural, objetivando alcançar a pureza racial.

Referente à infância pobre, a eugenia tentava afastar a criança de um contexto sócio-familiar conturbado permeado pelo alcoolismo, pela prostituição, pela criminalidade, entre outros problemas que se acreditava serem inerentes às populações mais pobres. Tomava-se como objetivo, desta forma, normatizar o ser social, moldando-o a um padrão de conduta moralmente aceitável para a época, que partia de um referencial de comportamento exercido no seio da camada abastada.

Esta atitude perante a infância e a pobreza, de uma forma geral, permite a reflexão sobre a intencionalidade mais profunda deste conjunto de idéias e práticas. Para tanto, faz-se necessário lançar mão de Michel Foucault (1926-1984), que identificou, em suas obras, os conceitos definidores da modernidade, dentre os quais a disciplina, definida como instrumento de dominação e controle, destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes (FOUCAULT, 1987).

Através de Foucault, é possível perceber o Instituto de Assistência a Infância do Maranhão como um espaço de “docilização dos corpos infantis”, onde se modela um sujeito em tenra idade para assumir um comportamento compatível às demandas do sistema social da época, que o queria produtivo e adaptado à ordem social vigente.

Os discursos e práticas assistenciais se orientavam no sentido de sufocar as atitudes e ações espontâneas do sujeito-criança, dirimindo as possibilidades de esta se desviar moralmente e “contaminar” o próprio corpo social. Partindo de tais premissas, objetivava-se proteger muito mais os interesses do grupo social favorecido do que propriamente a infância desvalida.

Nesse sentido, iniciou-se o processo de criação do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão - IAF-MA, sediado na capital São Luís, que, como nos grandes centros urbanos do Brasil - Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador – surgira no círculo de discussão das elites.

Em São Luís, este processo permite perceber ainda uma íntima relação entre a angústia promovida pelo sentimento de decadência da cidade outrora enriquecida e a

necessidade de se criar, mesmo num passado fatalmente perdido, saídas que transformassem este meio decaído em um florescente espaço da civilização e ordem.

Assim, tentava-se minimizar as tensões e a suposta “tendência a degeneração” de um povo miscigenado e pobre, como cimentava o discurso de época, através de uma proposta que salvasse o corpo social do desvio e da anomalia. Não se resgatava, com isso, os áureos tempos de prosperidade material e cultural que tanto despertavam a nostalgia das elites ludovicenses, mas se evitava com a assistência à criança pobre e potencialmente desviante - segundo discurso de época - o mergulho nas profundezas da decadência moral.

Dentro da redação do jornal *A Pacotilha* foram lançados os primeiros ecos em prol da infância desvalida. A iniciativa, portanto, de discussão e elaboração de um plano de ações para ser efetivado emana de um seleto grupo de médicos, intelectuais e damas de elite, que defendiam a responsabilização de todos pelas questões acerca da infância, saúde e pobreza, como forma de resguardar a ordem e progresso da sociedade maranhense, que buscava atingir o *status* de civilizada no limiar do século XX.

O Instituto de Assistência à Infância do Maranhão foi, portanto, uma entidade nascida do âmbito privado e subsidiada pelo poder público. A idéia de sua criação fora oficializada numa das salas do referido jornal, em 10 de Agosto de 1911. Estiveram presentes nesta sessão, além do idealizador do projeto, Cezar Arruda, os médicos Lima Aguiar, Carlos Fernandes, Tarquínio Lopes Filho, Aníbal de Andrade, Paulo Carvalho, José Murta e os Srs. José Barreto, Domingos Barbosa, Luso Torres, Fran Paxeco, Frederico Filgueira e Agostinho Reis (LIMA, 1951). Era um grupo intelectual diverso, porém pertencente ao mesmo círculo de abastados da capital, que promoveu a discussão e demarcação clara e precisa dos objetivos da instituição.

Uma figura importante que lançou as bases para este processo foi o médico Cezar Arruda. Por ter sido aluno e discípulo de Moncorvo Filho, o então tenente-médico do Exército Doutor Cezar Correa de Arruda, criador do Instituto no Maranhão, adotou um discurso e prática que em muito se assemelhavam com as do médico carioca (LIMA, 1951).

Formando-se em 1909, Cezar Arruda defendeu a tese sobre pediatria, preparado no Instituto de Assistência à Infância do Rio de Janeiro, versando sobre aleitamento artificial e sua influência no índice de mortes entre bebês. Sua tese foi muito divulgada na forma de artigos, intitulados “Pelas crianças”, no Jornal *A Pacotilha*. Em texto publicado no dia 23 de Agosto de 1911, Cezar Arruda dissertou acerca do “Uzo das

Papas”. Neste artigo, expôs que tal alimento era tido como causa da grande letalidade infantil. Diante disto, responsabilizava, portanto, as mães, sobretudo as da camada popular.

É na classe pobre que o uzo das papas é mais espalhado; isso, talvez, devido a não poder a genitora amamentar o filho, ou pela sua miséria tiziológica, ou por ter de passar o dia lonje da criança, no afanoso labor quotidiano. É também essa classe a que fornece o maior contingente para elevar a cifra da mortalidade infantil, conforme demonstraram os drs. Azevedo Sodré e Moncorvo Filho. (A PACOTILHA, 23 DE AGOSTO DE 1911, p. 09)

A mãe que se refere o médico é a mulher da classe pobre, genericamente posta como alguém que possuía uma “miseria tiziológica” e que vivia, desgraçadamente, “no afanoso labor quotidiano”, sendo, por esta razão, impedida de amamentar o seu filho. Como se pode depreender, não se teceu uma reflexão mais profunda sobre os fatores geradores da pobreza; antes de tudo, as mães pobres são culpabilizadas, direta ou indiretamente, por “elevar a cifra da mortalidade infantil”. Aqui se percebe claramente o desprezo pelas classes populares e a depreciação do trabalho manual exercido por este segmento. Em contrapartida, a figura do médico, oriundo de classe social distinta, é aquele que enxerga de modo mais amplo e que possui a voz de autoridade para condenar ou absolver as práticas sanitárias da população.

Em outro artigo, também intitulado “Pelos Crianças”, Cezar Arruda relacionou a problemática da alimentação artificial com a urgência em estabelecer na cidade de São Luís um serviço de assistência às crianças. O texto deixa claro sua visão acerca da função da medicina higienista e da relação médico e mãe:

(...) As crianças pagam um doloroso tributo ao nosso desleixo. Muitas genitoras cometem verdadeiros assassinatos, sendo, na frase de um notavel pediatra francez, assassinas inconscientes. Pensando fazer um beneficio ao filho, alimentando-o com comidas extravagantes, essas genitoras introduzem, no organismo infantil, verdadeiros venenos, que não tardam a explodir. Um facto, para corroborar o que venho de afirmar. Fui, ante-hontem, prodigalisar os meus cuidados a uma criança. Um quadro doloroso se me apresentava: —Uma infeliz criaturinha jazia inerte no seu leito de dôr; os seus olhos fixos e imóveis, a rijidez dos musculos e todo um cortejo de sintomas alarmantes indicavam o termo final da meningite que a vitimava. Foi o meu primeiro cuidado indagar da alimentação. Papa de farinha mimosa, responderam-me. Eis a cauza do mal, disse contristado, á genitora, que se debulhava em pranto, ante a sentença fatal que aguardava aquela vida em rebento. A assistência vem pôr um paradeiro a esse descalabro, principalmente pela instrução á genitora acerca da criação dos filhos e, por todos os preceitos de higiene infantil, a que se há de obedecer. Foi a norma que se tracei: junto ao leito do enfermo, mostrar á genitora os erros em que incorrem e indicar-lhe o caminho lizo e sem accidentes (A PACOTILHA, 30 DE SETEMBRO DE 1911, p. 05).



Referendando-se em um “notável pediatra francez”, chama a atenção, no trecho acima, o cunho de dramaticidade presente na fala do Cezar Arruda. As mães são retratadas como desleixadas, assassinas, que, por ignorância, introduzem alimentos potencialmente perigosos às suas crianças. O médico, por sua vez, só de olhar para o infante em seus estertores, traça o fatal vaticínio: está contaminado pela meningite! E o que causara tal enfermidade? Mais uma vez o doutor encontra respostas no desleixo materno - que tanto apregoava como causador maior da mortalidade infantil. Logo em seguida, o simples ato de uma mãe alimentar seu filho é igualado praticamente ao infanticídio. Com efeito, Cezar Arruda transforma a vítima, a genitora, em culpada pela morte do infante, provando que o cuidado da mãe (pobre) pode ser mortal.

O médico corroborava da idéia corrente na puericultura acerca da ignorância materna como causa primeira da mortandade dos infantes, defendendo a medicina como fonte de redenção. Caberia, nessa ordem, ao puericultor “educar” estas mulheres nos cuidados mais simples ao mais complexo. Não considerava com tanta ênfase as variáveis sócio-econômicas das famílias como pontos de justificativa do alto número de letalidade infantil. A culpa recaía à maternidade pobre e ignorante, desconsiderando a força das condições objetivas desta camada marcada pela miséria e carência do atendimento dos seus direitos mais básicos. Na ótica dos médicos-higienistas era preciso “aculturar” esta massa despossuída de modo a evitar a expansão do “perigo social” da falta de higiene. Não entravam em discussão, portanto, as formas de retirar esta massa da pobreza extrema.

Arruda defendia a assistência médica aos pequenos como forma de prevenir futuros desvios. Evocava a necessidade urgente de se criar em São Luís um serviço desta natureza dado os altos índices de mortalidade infantil, bem como o temor pelo aumento da ociosidade e “vagabundagem” no espaço da cidade. Chamava a atenção à miopia do Poder Público no trato assistencial com os pequenos, como afirma no artigo abaixo:

“Pelas Crianças”

Evidentemente, a Assistência a Infância vem preencher uma grande lacuna, de que muito de resentia esta capital.  
As crianças são dezapiedosamente dizimadas pela falta de um serviço escrupuloso e bem organizado de assistência.  
Os poderosos constituídos não podem deixar de tomar em consideração esse relevantíssimo serviço, de importancia vital para o Estado, ao qual cumpre estabelecer leis tendentes ao amparo desse grande viveiro de crianças, que serão os homens de amanhã.

É deveras contristador o estado lastimozo em que jazem, por ahí afora, innumeradas criancinhas, que estão a reclamar, de nós, os melhores princípios de humanidade.

Ao passo que levamos vantagem aos nossos irmãos do continente, pelo nosso território, uberdade do solo, pelas nossas riquezas naturais, industria, pelo nosso poder defensivo, enfim, por todos os outros ramos em que se divide a nossa actividade, neste particular, estamos colocados na retaguarda, caminhando ao passo de caranguejo.

Essa inércia, porém, dos nossos governos transforma-se agora em movimento, disposto, como parece estar o Marechal Hermes, em estabelecer oficialmente, entre nós, esse magno problema, que muito e muito tem preocupado a atenção de outros povos.

De uma ação conjunta de vontade de nosso povo, depende o brilhante futuro das criancinhas de nosso paiz.

O primeiro passo está dado pelo belo chefe da nação, auxiliando o Dispensário Moncorvo.

Resta converter em lei o projeto sobre a proteção das crianças da primeira idade e a regulamentação das amas de leite e outras que a prática e as nossas condições determinarem. (A PACOTILHA, 30 DE SETEMBRO DE 1911, p.05)

Apesar de ser pioneiro de uma proposta de caráter privado, enxergava na estatização da assistência, uma forma de ampliar o alcance do trabalho assistencial que agregaria muito mais crianças da camada pobre. Isto possibilitaria a efetivação do ideal de higienização do *corpus* urbano com maior velocidade.

Destaca-se também o teor paternalista do texto, no qual emerge uma concepção essencialista de infância posta no diminutivo; assim, as crianças são chamadas por *criancinhas*, caracterizadas como seres frágeis, pueris, celestiais, vitimados por suas famílias despossuídas de quaisquer orientações que pudessem contribuir para a saúde de seus filhos.

No que diz respeito ao processo de elaboração do *corpus* institucional do IAF-MA, após a definição das diretrizes, foi oficializada a sua fundação em 20 de Agosto de 1911, que ocorreu em uma sessão solene na sede do Congresso Legislativo do Estado. Neste evento, como descreve Lima (1951), fez-se a discussão e aprovação dos estatutos e definiu-se a diretoria provisória – o Coronel Frederico Filgueira, presidente; Domingos Barboza e Virgílio Domingues da Silva, primeiro e segundo vice-presidente; Astolfo Marques e Artur Paraizo, primeiro e segundo secretários; Manoel Joaquim do Nascimento Ferreira, tesoureiro e Agostinho Reis, bibliotecário – composição essencialmente masculina, formada por senhores da alta camada da sociedade ludovicense.

Logo em seguida, foi confirmada a escolha dos membros do Conselho Administrativo que teve como diretor técnico o Dr. Cezar Arruda, além do presidente e vice-presidente honorários, o governador do Estado e o bispo diocesano. Tal proposta

denota que a filantropia se fazia a partir da legitimação dos poderes regentes desta sociedade, mais especificamente, a esfera política e a religiosa, reafirmando mais uma vez o diálogo presente entre caridade religiosa e filantropia científica<sup>3</sup> no campo da manutenção da ordem.

A presença de um grande número de pessoas neste evento, num local representativo do poder estatal, denota que apesar do IAF-MA ser oriundo da iniciativa privada, havia um diálogo com a instância pública. Nesta ocasião, foi escolhida a primeira diretoria do Instituto, sob a presidência do Cel. Frederico Filgueiras, antecedida de discursos calorosos proferidos por Fran Paxeco e Cezar Arruda acerca da condição de cuidado da infância pobre na capital e da necessidade de se apoiar a criação de uma instituição desta natureza. Estes discursos pretendiam atrair um número significativo de sócios doadores de recursos para a manutenção das atividades da instituição. Sobre isto, o artigo que noticiou a fundação afirmou, em um tom salvacionista que,

Os auspícios sob que aparece está por demais louvável associação levamos a prever-lhe um êxito completo. A estatística demógrafo-sanitaria de S. Luiz, em que se acuzava uma compujente morti-natalidade, obrigará todas as pessoas bondozas, e até as indiferentes, a colaborar na mais que benemerita e prometedora tentativa. (A PACOTILHA, 21 AGOSTO DE 1911, p. 06)

O Instituto encontrou sede definitiva em 7 de Setembro de 1911 num prédio de dois pavimentos na Avenida Rio Branco, nº 308, doado pelo presidente Luís Domingues, então governador do Estado do Maranhão, após sensibilizar-se pelo discurso proferido pela menina Floripes de Carvalho que, abordando “o suplício das criancinhas” e falando em vosso nome, comoveu o referido presidente que “ergueu-se enternecido, abraçando-a e hipotecando-nos o seu assentamento” (LIMA, 1951). Percebe-se, assim, que a referida instituição nasce no espaço privado, mas se mantém sob doações e subsídios estatais.

Destaca-se, neste intento, a atuação de Fran Paxeco, cônsul português, que esteve à frente do projeto de assistência desde as articulações iniciais para a fundação do Instituto de Assistência à Infância, desenvolvidas no interior do grupo que integrava a redação do jornal *A Pacotilha*. Este intelectual, que também atuou no Estado do Pará,

---

<sup>3</sup> A caridade é uma concepção forjada historicamente no seio da Igreja Católica desde o período medieval. No ponto de vista da prática caritativa às crianças, evidenciou-se no amparo aos infantes enjeitados como as Rodas dos Expostos, Casa dos Expostos e Asilos de órfãos entre os séculos XVIII e XIX. A filantropia, por sua vez, emergiu entre o final do século XIX e início do século XX ligada ao ideário republicano de “prevenção do desvio”, pela racionalidade científica e pela iniciativa privada através de ações de proteção à infância, tendo como pano de fundo as concepções médicas de ordenamento dos sujeitos e do espaço urbano.

notabilizou-se por obras como *Geografia do Maranhão* (1922) e *O Maranhão: Subsídios Históricos e Corográficos* (1998), em que realizou trabalhos-síntese de reunião de dados relevantes à produção geográfica e historiográfica local. A presença de Paxeco foi, portanto, um indício do papel legitimador da intelectualidade no referido projeto.

No contexto da mencionada instituição, às mulheres foi legado o espaço das “Damas da Assistência”, havendo, portanto, uma divisão de gênero nos papéis dentro da instituição, principalmente quando esta assistência se aproximava de ações relacionadas à prática do cuidado maternal, vistas como naturais e inerentes ao sexo feminino. É importante considerar, contudo, que apesar de uma atuação limitada quanto às relações de poder no Instituto, é inegável os espaços de sociabilidade pública que foram abertos a essas mulheres.

### **CARIDADE-MATERNAL: analisando o papel das *Damas da Assistência***

No projeto de assistência médica defendido pelo Instituto, a Associação das Damas de Assistência à Infância, fundada em 1911, possuía como objetivo principal “auxiliar a diretoria do Instituto, na humanitária tarefa de proteção às crianças pobres” (LIMA, 1951). Dito desta maneira é válido afirmar que havia um caráter missionário nas ações que cabiam às “damas”. Contudo, tais ações se concentravam em atividades consideradas secundárias e hierarquicamente inferiores, uma vez que não causavam grande impacto no funcionamento da estrutura interna do Instituto.

Suas ações relacionavam-se, principalmente, à coleta de donativos, ao corte de “fazendas” para fazer roupas para as crianças, além da organização de festas para estes infantes em datas comemorativas, como Natal e “Ano Bom”. Não estavam, dessa forma, presentes na comissão que gerenciava administrativa e financeiramente o órgão, o que permite perceber permanências no que diz respeito às relações de gênero que separavam as mulheres de atividades públicas de gerenciamento, tidas como essencialmente masculinas (LIMA, 1951). De qualquer forma, a inserção da mulher nestes espaços públicos poderia ser considerado o ensaio, ainda embrionário, de uma atuação fora do âmbito privado, que era o lugar, por excelência, da mulher de elite.

As Damas de Assistência representavam o lado maternal do Instituto. Seus discursos, proferidos pela presidente, a socialmente reconhecida dama da elite

ludovicense Dona Lucíola, refletia o olhar da elite feminina sobre a condição dos infantes. Seriam estas damas, as mães postiças destas crianças desvalidas entregues ao abandono físico e moral, como apregoavam suas falas atestadas por documentos da instituição.

Assim, o trabalho social se revelou um campo promissor para o sexo feminino da classe abastada. Em virtude disto, foi também fundada em 1911, a *Associação das Damas*, na qual fica evidente o discurso acerca do lugar da mulher nas práticas assistenciais. Era preciso definir um espaço específico à atuação feminina e as Damas proporcionariam esse *apartheid*. Sobre a visão do papel da mulher dentro deste projeto, o diretor técnico Dr. Cezar Arruda sintetizou no seu discurso de fundação da associação feminina descrito pelo Jornal *A Pacotilha*, em 11 de Setembro de 1911:

Falou sobre a influencia da mulher na sociedade moderna, qualificando-a de potencia universal. Referiu-se ao papel da esposa e mãe, dizendo que, com carinho e a ternura, apesar de ser taxada de sexo frágil se torna um ente fortíssimo capaz de abalar o mundo. Embora levando o seu concurso a todos os ramos da atividade humana, abraçando as profissões liberais, fazendo-se política etc..., etc., continua o orador, a mulher acha-se mais no seu elemento, no aconchego do lar, entre o carinho da esposa e a doçura dos filhos. Disse, como Guyau, que a prática seria para a mulher uma ocupação estéril e pouco pratica; a filantropia seria sua verdadeira e única função (*A PACOTILHA, 11 DE SETEMBRO DE 1911, p. 05*).

À mulher era negado o espaço decisório, mesmo no limiar do século XX. A filantropia era considerada, nas permanências do pensamento patriarcal-machista cultivado nos séculos anteriores, o lugar em que a mulher se realizava enquanto esposa, mãe e cidadã republicana ao doar seu tempo e trabalho aos chamados “pequenos infelizes”. Pode-se identificar na citação acima um discurso marcado pela não aceitação da ampliação do espaço de atuação da mulher, como se isto representasse um choque, como uma “natural” predisposição feminina à maternidade, ao casamento e ao cuidado da família.

Uma das intenções das lutas feministas do início do século XX era retirar a mulher da clausura da família e da vida conjugal, impeditivos “morais” da saída da mulher, sobretudo de elite, para a vida fora do lar. Porém, a atuação das Damas, mesmo representando aparentemente este movimento de trabalho fora do ambiente doméstico, significou um passo muito tímido na conquista de maior visibilidade feminina, por concentrar um número de mulheres que tinham no Instituto ainda uma extensão da “missão maternal” de cuidado das crianças, somando aí também os valores cristãos da caridade e solidariedade ao próximo.

A Associação das Damas de Assistência representava, frente ao Instituto, uma espécie de apêndice. As ações do Conselho Administrativo, composto somente pelos homens da classe alta e média, eram consideradas as de grande relevância para a organização e funcionamento da instituição, tanto que um dos seus princípios básicos referia-se ao auxílio obrigatório do Conselho Administrativo do Instituto *sempre que este solicitar* (grifo nosso) “para a fiel execução de seu programa” (A PACOTILHA, 11 DE SETEMBRO DE 1911).

A responsabilidade das Damas concentrava-se especificamente no trabalho mais caritativo que filantrópico. Caberia a elas, senhoras e senhoritas, estarem mais próximas da criança e de suas necessidades diárias, desenvolvendo ações focalizadas e de caráter compensatório em tom maternal. A Associação tinha como base de atuação os seguintes princípios:

- 1º Promover os meios de proteger eficazmente a infância pobre, proporcionando-lhe os cuidados de que carecer;
- 2º Angariar objetos que lhe possam ser úteis à vida;
- 3º Incumbir-se, pelo trabalho de suas sociais, da confecção de vestes e de tratamento das crianças, quando enfermas;
- 4º Oferecer às crianças pobres festas e brinquedos por ocasião do Natal, Ano Bom e Reis.
- 5º Auxiliar o Conselho Administrativo do Instituto de Proteção e Assistência do Maranhão sempre que este solicitar a sua coadjuvação, para a fiel execução de seu programa;
- 6º Promover, pelos processos que forem mais profícuos ao fim que dezeja atingir os recursos de que o Instituto precisar, para o sua permanente e condigna instalação. (A PACOTILHA, 11 DE SETEMBRO DE 1911, p. 06)

As Damas da Assistência, apesar de terem seu trabalho limitado em relação ao conselho administrativo, como já fora mencionado, envolviam-se também, conforme o 6º princípio de atuação, no movimento de pressão ao governo para obtenção de recursos para a instituição. O jornal *A Pacotilha*, vez por outra, fazia referência a reuniões e encontros entre as Damas e os chefes de governo, com o intuito de expor as necessidades “dramáticas” da instituição e das “crianças necessitadas”, como noticiado neste impresso em 01 de Fevereiro de 1912.

Mantinha-se, portanto, um diálogo constante entre Instituto e as esferas executiva e legislativa. Era comum a instituição receber visitas de representantes maranhenses da Câmara Federal na época, como é o caso do político Costa Rodrigues; e do Congresso Estadual, representado pela figura do Capitão Pereira Rêgo, a fim de conseguir apoio (A PACOTILHA, 09 DE MARÇO de 1912).

Para Moncorvo Filho (1914), as mulheres eram chamadas a este trabalho por estarem mais próximas das crianças, compreendendo melhor sua natureza, bem como suas necessidades. Segundo este médico, por saberem decifrar “o mistério da sua alma”, seus sorrisos e lágrimas foi-lhe dado, quase que naturalmente, a “obra de alquimia moral que consiste em transformar a miséria, a ignorância e o vício, na saúde, na virtude e na felicidade” (MONCORVO FILHO, 1914, p. 09). Vale destacar que, dentro dessa ótica, cabia à mulher apenas o papel de executora das normas eugenistas e orientações médicas, elaboradas de modo hierárquico e verticalizado. Não estava ao seu alcance, portanto, elaborar o trabalho educativo do qual eram solicitadas a pôr em prática.

Tal fato põe em discussão a natureza essencialmente filantrópica do Instituto, uma vez que os resquícios da caridade de cunho cristão manifestavam-se correntemente nas ações assistenciais. Não se verificava uma separação efetiva entre a caridade e a filantropia. Esta última possuía sua prática guiada apenas pela ciência, malgrado se mantivesse todo um rol de práticas que caracterizassem a caridade, tais como: a doação de leite para recém-nascidos; roupas e medicamentos para as mais carentes, dentre outras pequenas iniciativas que se assemelhavam a deveres cristãos, como esmolas.

Isto leva a pensar que a higiene moral da sociedade não seria alcançada somente através dos métodos frios e precisos da ciência. A situação paradoxal a ser percebida nesse contexto residia na estranha coexistência de práticas religiosas com o universo do assistencialismo republicano, que se pretendia moderno, laico e racional. Apesar do estremecimento das relações entre Santa Sé e Estado com o surgimento da República, não houve um rompimento radical no que concerne à mentalidade das elites, ainda impregnadas da ideologia cristã.

A mulher representava este diálogo maior com o espírito mais caritativo que filantrópico. Dessa forma, seria necessário eleger uma mãe maior que sintetizasse esta perspectiva moralmente cristã de assistir aos pequenos excluídos dos serviços médicos. Dona Lucília Wilson Coelho de Sousa era a mulher mais notável da instituição, sendo considerada a “alma do instituto”, segundo palavras de Dr. Cezar Arruda (LIMA, 1951). Representava, de certa forma, o perfil-padrão das Damas e da mulher preocupada com o futuro das “criancinhas” e, conseqüentemente, incomodada com o possível futuro da própria sociedade ludovicense.

Nascida em São Luís, em 07 de Maio de 1863, era filha “bem nascida” do casal Wilson Bringham Wilson – maranhense e vice-cônsul da Inglaterra – e Da. Maria Amália Coelho Wilson, senhora também pertencente à camada abastada. Estudou o

ensino primário em São Luís, seguindo para a Inglaterra com o objetivo de concluir o curso secundário. Casou-se aos 23 anos com Dr. Antenor Gustavo Coelho de Sousa, oficial médico da Marinha de Guerra Nacional (LIMA, 1951).

Dona Lucília Wilson mostrava certa erudição e iniciativa no trabalho administrativo, conseguindo penetrar, devido ao destaque e respeito conquistado no restrito círculo de elite, na estrutura restrita do Instituto, ocupando uma das cadeiras administrativas da instituição. Esteve à frente da Associação das Damas e era uma das poucas mulheres, ou talvez a única, que deliberava sobre assuntos da agenda administrativa. Ocupava um espaço que era dificilmente conquistado mesmo pelas mulheres da elite.

Aparentemente, a causa da criança desvalida parece ter atraído a atenção e sensibilizado as tão “solícitas” senhoras da sociedade ludovicense. Porém, é importante destacar que não foi tão fácil a conquista da adesão feminina. Havia certa resistência entre as “mulheres de boa família” ao exercício deste tipo de caridade. Para as resistentes, assistir aos meninos e meninas pobres era tomado como “ofensa aos sentimentos religiosos”, por servirem, muitas vezes, a crianças e mães que não se encaixavam no padrão nuclear, cristão e burguês de família. Para essas mulheres, a assistência à infância desvalida implicava num incentivo ao desvio social e o simples contato com a pobreza poderia contaminar-lhes moralmente com os vícios considerados típicos deste segmento.

Tentando aproximar mais sócias para o círculo das Damas, Dona Lucília lançou mão de discursos que apelavam para a emoção, como uma estratégia de minimização das oposições. Nestes discursos, esta senhora, atuando como uma espécie de Clara de Assis – santa que se punha ao lado dos párias sociais, – reconhecia e reafirmava o quadro de degeneração que se dava nos costumes populares, manifestado na paternidade negada, nas crianças bastardas ou sem-família, nas “mulheres decaídas”. Porém, Dona Lucília chamava a atenção das senhoras para a “missão salvadora” da sociedade e de seus valores através do trabalho na referida instituição.

É necessário, portanto, que aumentemos o número de sócias. Sei que é grande a relutância da parte das senhoras, julgando que a nossa iniciativa ofende os seus sentimentos religiosos, já pelos seus diligentes auxiliares, já pela classe, que patrocinamos. Urge combater êsses preconceitos. É verdade que as nossas portas se não fecharão as decaídas, as vítimas, muitas vêzes, dos êrros e crimes de outrem! Quizeramos, ó sim, que os leitos da nossa Maternidade só fôsses ocupadas por mulheres honestas, saídas de um lar casto, esposas de lactários!

Mas de quem a culpa, se nem todas foram purificadas pela bênção da igreja se não estão ligadas pelo vínculo da lei?



Nossa inteiramente nossa. É indispensável que nos convençamos, e a todos que nos cercam, de que a **regeneração dos costumes parte do alto**. Que a ignorância do valor próprio, e a falta de dignidade pessoal é que tornam fácil a sedução (LIMA, 1951, p. 110 – grifo nosso).

A estatização do Instituto, em 1939, que o transformou em Associação de Assistência e Proteção à Infância do Maranhão não dissolveu, porém, a atuação das Damas de sua estrutura de funcionamento. Contudo, este contexto acentuou o quadro de diminuição de sócias e da força do trabalho das senhoras.

Vê-se, portanto, a lenta dissolução das Damas de Assistência, representantes do espírito caritativo-maternal de elite. Contudo, os significados que se podem extrair destas iniciativas são múltiplos e dizem respeito à atuação e à condição da mulher das classes abastadas, que ocupava os espaços autorizados pelo sexo masculino.

No caso específico do IAF-MA, a atuação da mulher de elite tentou contribuir para o reordenamento do caos social urbano por meio de um conjunto de práticas assistencialistas, atitudes estas inseridas em um plano social e político maior, isto é, dentro do projeto de manutenção da ordem pública sob os auspícios da modernidade racional republicana.

### **Considerações finais**

No referido trabalho, buscou-se compreender as condições sociais das crianças pobres da sociedade ludovicense no início do século XX em articulação com a iniciativa assistencial do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939) e das suas práticas de cuidado e proteção à infância através do ideário da medicina social como perspectiva higienista.

A pesquisa indicou diversos aspectos desta relação travada com a atuação das Damas de Assistência e sinalizou sobre a discussão acerca do debate da natureza das práticas do Instituto. Dessa forma, o presente estudo mostra indícios de uma articulação muito próxima entre a caridade e a filantropia. Não se percebeu, nesse sentido, uma separação clara entre estes diferentes conceitos assistenciais.

Referente ao lugar da mulher abastada, na proposta é possível perceber a divisão clara dos espaços de ação entre os sexos. Em última análise, estes espaços representavam, via de regra, a reprodução do lócus doméstico onde a mulher atuaria como mãe que cuida e protege a infância. Desta forma, pensou-se a filantropia muito

menos próxima do ideal científico e mais envolvida com o ideário cristão da caridade, representado pelos princípios da doação e entrega maternal, comprometidos umbilicalmente em promover a costura da ordem social nas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão.

## Referências:

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. **Saúde Pública e Pobreza: São Luís na Primeira República**. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

ARRUDA, Dr. Cezar. “Uzo das Papas”. **A Pacotilha**, São Luís, 23 de Agosto de 1911.

\_\_\_\_\_. “Pelas Crianças”. **A Pacotilha**, São Luís, 30 de Setembro de 1911.

“AUXILIAI A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA”. **A Pacotilha**. São Luís, 11 de Setembro de 1911.

\_\_\_\_\_. **A Pacotilha**. São Luís, 21 de Agosto de 1911.

\_\_\_\_\_. **A Pacotilha**. São Luís, 01 de Fevereiro de 1912.

\_\_\_\_\_. **A Pacotilha**. São Luís, 09 de Março de 1912.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher?** Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREITAS, Marcos César de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Imaginário Moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **A intervenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1917**. Maranhão: J. Pires, 1918.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1918**. Maranhão: J. Pires, 1918.

LIMA, Olavo Correia. História da Assistência no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**. Ano XXVIII. Agosto de 1951, nº 3.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma – Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos Expostos e as crianças abandonadas na História do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MELO, Irisnete Santos de. **Salve-se quem puder! Discurso Médico e Condições Sanitárias em São Luís na virada do século**. (Monografia) - Curso de Licenciatura em História, UFMA, São Luís, 2003.

MONCORVO FILHO. **Em torno do berço**. Conferência médico-social. Rio de Janeiro: 1914.

MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes: Assistência à Infância em Pernambuco no século XIX**. Dissertação - Mestrado em História, UFPE, Recife, 2003.

NUNES, Patrícia Portela. **Medicina, Poder e Produção Intelectual: uma análise sociológica da medicina no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2001.

PALHANO, Raimundo N. **A Produção da Coisa Pública, Serviços Públicos e Cidadania na Primeira República: a realidade ludovicense**. São Luís: IPES, 1988.

PAXECO, Fran. **O Maranhão: Subsídios Históricos e Corográficos**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1998.

\_\_\_\_\_. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Typografia Teixeira, 1922.

\_\_\_\_\_. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RIZZINI, Irma. **História da Assistência no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A Educação da Criança: antigos dilemas, novas relações**. Revista Pátio – Ano 2, nº 7, Novembro 1998 / Janeiro 1999

ROCHA, Semiramis Melo. **Puericultura e Enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro; TROVÃO, José Ribamar; VARGA, István van Deursen. Geografia da Saúde e o Espaço Urbano de São Luís-MA: interfaces da relação saúde e ambiente no período de 1854-1954. **Ciências Humanas em Revista**. São Luís: UFMA. v. 3. nº 01, JUL 2005.

ROMERO, Mariza. **Medicalização da saúde e exclusão social: São Paulo: 1889 – 1930**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.